

Proposta Inicial de Resolução de Conjuntura e Tática Política e Eleitoral 8º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores Apresentado pelo GT de Conjuntura e Tática Política e Eleitoral em 26/02/2026

INTRODUÇÃO

1. Anunciamos o século XXI no **2º Congresso Nacional (1999)**, vaticinando a falência moral e econômica do modelo neoliberal e apresentando à sociedade brasileira o “**Programa da Revolução Democrática**”, para a construção de um Brasil livre, justo e solidário, compreendendo que a acumulação de forças exigia uma profunda síntese dialética entre a efervescência das lutas populares contra o neoliberalismo latente e um amplo programa democrático e popular.
2. Em 2003, quando o povo brasileiro elegeu o primeiro operário Presidente da República sob o signo da esperança, iniciamos uma transformação sem paralelos nas profundas estruturas arcaicas que nos sustentam, retirando pela primeira vez o Brasil do vergonhoso mapa da fome e delineando um projeto de nação que incluiu milhões de brasileiros e brasileiras na cidadania ativa.
3. Contudo, o êxito desse projeto — ao consolidar um modelo de desenvolvimento com inclusão social e ao ampliar a margem de manobra do Estado brasileiro — provocou uma reação coordenada dos setores rentistas e das frações do capital financeiro. A ofensiva que se materializou no processo do '**Mensalão**' não foi um evento isolado, mas uma articulação de caráter jurídico-midiático desenhada para desestabilizar nossa base de sustentação parlamentar. Denunciamos que essa investida ocorreu no exato momento em que o país lograva uma inédita autonomia soberana frente às condicionalidades do sistema financeiro internacional, evidenciando que a tentativa de interdição política era, em última instância, uma estratégia para conter o aprofundamento das transformações estruturais em curso."

4. No **3º Congresso Nacional (2007)**, realizado sob o impacto da nossa reeleição, travamos um debate histórico que consolidou o **Socialismo Democrático** como o horizonte estratégico inarredável da nossa caminhada. Com a **nitidez política** de quem já ocupava o centro do poder estatal, reafirmamos que o socialismo não é um modelo estático, mas um processo de radicalização da democracia que exige a síntese entre a representação institucional e o fortalecimento das instâncias de participação direta das massas. Naquele momento decisivo, tomamos a decisão tática de sustentar o "governo de coalizão" como a ferramenta necessária para garantir a governabilidade e viabilizar reformas estruturais, como a valorização real do salário mínimo e a unificação das políticas de transferência de renda no Bolsa Família e, reforçando a necessidade da permanente luta política para disputar uma nova hegemonia, onde o controle social sobre o desenvolvimento e a distribuição das riquezas fossem os pilares da emancipação dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil.
5. Acompanhamos, em meio ao acirramento da luta de classes, o processo em que as agremiações tradicionais da direita brasileira sofreram uma profunda atrofia programática, sendo gradualmente capturadas por uma vertente reacionária ancorada em sistemas globais de disputa de hegemonia. O esgotamento do projeto liberal-democrático das elites manifestou-se na postura irresponsável do PSDB após o pleito de **2014**. Ao questionar o veredito das urnas sem qualquer fulcro de prova, a direita tradicional rompeu o pacto constitucional e abriu a "caixa de Pandora" do golpismo institucional. Esse movimento, catalisado pela disseminação industrial de **fake news**, pavimentou o caminho para a ruptura de 2016.
6. Compreendemos, sob a ótica da dialética histórica, que o **golpe contra a presidenta Dilma Rousseff** foi um evento de dupla face: foi, simultaneamente, um **golpe misógino** e um **golpe de classe**. Foi misógino ao instrumentalizar a violência política de gênero para deslegitimar uma mulher que jamais se curvou aos desígnios do patriarcado; e foi de classe ao representar a reação da burguesia rentista contra a ascensão das maiorias e

contra a soberania energética, simbolizada pela entrega criminosa do pré-sal após a mudança na lei de partilha.

7. A alteração na Lei de Partilha e a abertura do Pré-sal ao capital estrangeiro revelaram a verdadeira face entreguista da coalizão golpista. O golpe de 2016 não visava apenas a interrupção de um mandato, mas a reconfiguração regressiva de todo o arcabouço de proteção social e soberania nacional construído desde 2003. Ao retirar do povo controle sobre suas riquezas energéticas, a elite golpista condenou o financiamento futuro da saúde e da educação ao altar dos lucros imediatos das corporações transnacionais. Essa traição de classe, revestida de legalismo hipócrita, foi o primeiro passo para a implementação de uma agenda de terra arrasada, que se aprofundou com o congelamento de gastos e o desmonte dos direitos trabalhistas, submetendo o Brasil novamente aos ditames do mercado financeiro global.
8. A ascensão do governo Bolsonaro representou o ápice desse processo de degradação, instaurando um projeto de destruição nacional. O desastre civilizatório desse período manifestou-se de forma letal durante a **pandemia de Covid-19**, onde o negacionismo e a negligência resultaram em centenas de milhares de mortes evitáveis, expondo a face cruel do desmonte do SUS. O povo brasileiro viu-se diante do retorno da fome e da precarização absoluta.
9. Foi nesse cenário de terra arrasada que a figura do **companheiro Lula**, após sofrer uma perseguição judicial sistêmica e uma prisão política injusta — cujas sentenças foram devidamente anuladas pela justiça —, emergiu como a única síntese capaz de restaurar a dignidade nacional.
10. A esperança que triunfou em 2022 foi a necessidade histórica de reconstrução frente ao neofascismo. O encarceramento injusto de Lula, fruto de um *lawfare* coordenado para interditar a soberania popular, tornou-se o símbolo máximo da nossa resistência política. Durante os 580 dias de vigília e mobilização, o **Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras** reencontrou sua essência combativa, denunciando que a prisão do nosso maior líder era o elo final de uma longa corrente.

11. A vitória de 2022, portanto, não foi apenas um resultado aritmético nas urnas, mas um veredito popular contra o obscurantismo e a espoliação. Os brasileiros e as brasileiras, ao resgatarem Lula, resgataram a si mesmos da tragédia humanitária e econômica do bolsonarismo, reafirmando que a memória das conquistas passadas é o combustível para as lutas de libertação que o presente exige.
12. A retomada do governo em 2023 sob a liderança de Lula III ocorreu em um terreno minado por um Parlamento que raptou o orçamento público por meio de emendas impositivas e secretas, desestruturando a capacidade de planejamento e execução de políticas públicas essenciais.
13. Denunciamos que o avanço do Poder Legislativo sobre o fundo público drenou recursos vitais para o desenvolvimento nacional, reduzindo drasticamente os investimentos produtivos e fragilizando programas históricos de inclusão. O atual governo enfrenta o desafio hercúleo de reconstituir o orçamento e recompôr as bases do Estado Social, ao mesmo tempo em que precisa responder a demandas emergenciais de altíssima complexidade que foram deliberadamente negligenciadas nos governos de Temer e Bolsonaro.
14. Destacamos a urgência das questões climáticas, que hoje impõem desastres recorrentes sobre a população mais vulnerável, exigindo uma nova arquitetura de investimento público e de adaptação ambiental não prevista nas décadas anteriores. Nossa tarefa é dar conta dessa recomposição, combatendo a captura privatista do orçamento e garantindo que o recurso público volte a circular nas veias do desenvolvimento soberano.
15. Devemos olhar para 2026, neste 8º Congresso Nacional, com a **nitidez política** de que a reconstrução e o desenvolvimento do Brasil exigem a reafirmação histórica de um projeto de país livre, comprometido com a classe trabalhadora, soberano, democrático, com justiça social, amplamente solidário e comprometido com o presente e o futuro .
16. Estabelecemos como prioridade inarredável a implementação de uma **Reforma da Renda** progressiva, desonerando o trabalho e tributando as

grandes fortunas e os lucros excedentes. Precisamos vencer a disputa ideológica e política para transformar a sociedade, reafirmando que o PT é um projeto para o presente e o futuro, não apenas um instrumento de gestão de governos e mandatos nos parlamentos. Nossa força reside na capacidade de encantar o povo brasileiro com a possibilidade concreta de construirmos um País que ofereça uma vida melhor, realizando as mudanças estruturantes voltadas à eliminação das desigualdades e à construção de um desenvolvimento justo e sustentável que sirva aos interesses da classe trabalhadora.

17. As eleições presidenciais de outubro de 2026 serão, mais uma vez, a representação expressa do confronto entre dois projetos antagônicos. Não se trata apenas de impedir a volta dos golpistas nem de dar continuidade às políticas retomadas a partir de janeiro de 2023.
18. O que está em jogo é mais profundo, traduzido em contradições existenciais: democracia contra ditadura, soberania contra entreguismo, bem-estar contra sofrimento, desenvolvimento contra retrocesso, a esperança contra o medo, a vida contra a morte. O cenário revela a disputa entre dois projetos antagônicos: um que naturaliza as desigualdades e subordina direitos à lógica do mercado, e outro que afirma a soberania nacional, a democracia participativa e a centralidade da justiça social por meio do enfrentamento às desigualdades com garantia de direitos e do trabalho e da renda como fundamentos de uma vida digna
19. Nossa tática eleitoral para o próximo ciclo deve ser de ofensiva programática e unidade popular. Não podemos permitir que as forças da reação utilizem novamente a máquina da desinformação para sequestrar o debate público. A reeleição de Lula é o eixo em torno do qual devemos organizar a resistência contra a hegemonia financeira e o neofascismo.

CONJUNTURA INTERNACIONAL E LATINO-AMERICANA: Geopolítica da Transição e a Emergência da Multipolaridade

20. O cenário internacional contemporâneo é definido pelo declínio da hegemonia unipolar e pela erosão das instâncias de mediação multilateral, processo que acirra a ofensiva multidimensional do centro imperialista sobre o Sul Global. Assistimos a uma tentativa de reafirmação de domínios por meio de sanções unilaterais, bloqueios econômicos e táticas de guerra híbrida, que visam constranger a autodeterminação de nações soberanas. O arranjo de poder consolidado após 1991, ancorado na primazia do sistema financeiro, enfrenta hoje o esgotamento de suas bases, evidenciando a ascensão da República Popular da China como o novo eixo da produção industrial e tecnológica global. Este deslocamento tectônico, ao amalgamar o planejamento estatal estratégico com uma integração seletiva às cadeias de valor, oferece aos povos latino-americanos uma alternativa real ao receituário do Consenso de Washington, possibilitando relações de cooperação fundadas na complementaridade e não na submissão.
21. Nesse contexto, a multipolaridade deixa de ser uma projeção teórica para se tornar a condição material de nossa autonomia. O protagonismo do Brasil nos **BRICS** e a gestão do Novo Banco de Desenvolvimento representam alavancas fundamentais para a democratização das relações financeiras globais. Nossa liderança no Mercosul e a revitalização da CELAC constituem o anteparo necessário contra a reedição de doutrinas que tratam a América Latina como reserva estratégica de potências estrangeiras. Compreendemos que a estabilidade democrática brasileira é o fiel da balança para a integração continental; nossa soberania é a salvaguarda para a resistência de nações que, da Palestina a Cuba e Venezuela, enfrentam o arbítrio de cercos diplomáticos e militares.

Neofascismo como Resposta à Senilidade do Capital

22. A ascensão de vertentes autoritárias e a normalização de discursos de ódio não são fenômenos isolados, mas a tradução política da crise estrutural do capitalismo neoliberal. Diante da incapacidade do sistema em assegurar a

dignidade das majorias e a reprodução da vida, as elites econômicas transmutam-se em forças reacionárias para salvaguardar a acumulação por meio da repressão. A extrema-direita atua como o braço ideológico dessa decomposição, canalizando o mal-estar social para o estigma contra as mulheres, a população LGBTQIA+, os povos originários e a população negra. Trata-se de uma resposta violenta à estagnação das forças produtivas e a uma financeirização que devora o orçamento público, precarizando o trabalho e distribuindo a escassez como método de controle social.

23. Frente a esse cenário de desmonte dos direitos sociais e colapso ambiental, reafirmamos o compromisso do **Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras** com um projeto que submeta o lucro às necessidades humanas. A crise civilizatória exige uma ruptura com os ajustes meramente regulatórios; demanda a construção de uma nova hegemonia que enfrente a concentração obscena de riqueza e a predação de recursos naturais. Nossa tarefa histórica consiste em organizar a indignação das massas, demonstrando que a saída para a crise não reside no autoritarismo das oligarquias, mas na radicalização democrática e na edificação de uma sociedade emancipada.

Big Techs: A Base Material do Autoritarismo Digital

24. Alertamos que a ofensiva reacionária encontra sua infraestrutura técnica e econômica no domínio das **Big Techs**. Estas corporações operam como enclaves de poder transnacional que capturam subjetividades por meio de arquiteturas algorítmicas desenhadas para exaltar o individualismo e fragmentar a solidariedade humana, por consequência de classe. Ao controlarem o fluxo informacional e a monetização do conflito, as plataformas digitais tornaram-se vetores de desumanização e negacionismo, visando erodir a confiança nas instituições públicas e na ação coletiva.
25. Esse controle oligárquico dos dados e das redes de manipulação constitui uma ameaça direta à soberania popular. O uso industrial da desinformação e das fake news como ferramentas de guerra política exige um enfrentamento soberano pelo Estado brasileiro. Não permitiremos que interferências

externas ou redes de manipulação transnacional condicionem nossas decisões estratégicas ou sequestram o debate nacional. Regulamentar o poder das plataformas e defender a soberania digital são passos imperativos para assegurar que a vontade dos trabalhadores e das trabalhadoras não seja obliterada por mecanismos tecnológicos a serviço do capital e do retrocesso político.

América Latina: Integração, Soberania e Defesa Nacional

26. A integração latino-americana sob governos progressistas demonstrou capacidades transformadoras reais. CELAC, UNASUL e MERCOSUL, quando liderados por projetos populares, funcionaram. Hoje, com o Brasil sob Lula retomando seu papel de liderança internacional, é possível reconstruir este projeto. A reeleição de Lula é decisiva para o futuro da América Latina e do Caribe. Sem o Brasil, a integração regional não avançará. Sem integração, não teremos desenvolvimento nem soberania. Sem soberania, seremos novamente colônia.
27. O caso da Venezuela é emblemático desse contexto. O sequestro de Cilia Flores e do presidente Nicolás Maduro, somado às tentativas reiteradas de impor uma transição política tutelada, evidencia a violação aberta da soberania nacional e do direito internacional para o controle de recursos estratégicos, especialmente o petróleo. Da mesma forma, o recente bloqueio ao envio de petróleo a Cuba integra uma política criminosa e prolongada de asfixia econômica contra um povo que sustenta um projeto soberano e socialista, culminando em uma grave crise humanitária. Essas agressões compõem uma estratégia de recolonização que ameaça toda a região latino-americana.
28. A solidariedade com Venezuela, Cuba, Palestina e todos os povos que resistem ao imperialismo não é apenas um posicionamento moral: é estratégico. Nos une na luta por um mundo multipolar, democrático, justo e que respeita a autodeterminação dos povos. O PT reafirma sua exigência pela libertação imediata de Nicolás Maduro e Cilia Flores. O PT declara ainda

seu apoio às forças democráticas que, nos Estados Unidos, se opõem à campanha fascista que o governo Trump desencadeou contra os migrantes.

29. A política externa estará em debate nas eleições de 2026 e neste debate defenderemos as posições justas: a democracia, a soberania, o desenvolvimento, a defesa do planeta, os direitos dos povos, a integração e a paz. O PT deve ser vanguarda nestas lutas globais.
30. O imperialismo não opera apenas no campo político e econômico, e as agressões recentes reforçam a urgência de valorizar e reconstruir o sistema de Defesa Nacional brasileiro. A base industrial da defesa deve pavimentar os avanços dos equipamentos e das estruturas gerais das Forças Armadas, garantindo que o Brasil tenha capacidade soberana de defesa de seu território e de sua população. A inteligência de Estado precisa ser reconhecida como atividade essencial, não apenas na persecução criminal, mas principalmente na prevenção estratégica frente à espionagem, à interferência externa, ao terrorismo e à criminalidade transnacional, por meio do fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

CONJUNTURA NACIONAL: O BRASIL EM DISPUTA Dois Projetos Antagônicos

31. O Brasil vive uma disputa entre dois projetos de nação: um popular, democrático e soberano, representado pelo Presidente Lula e sustentado pelo PT; outro autoritário, excludente, subordinado ao capital rentista e às potências imperialistas, representado pela extrema-direita organizada. A defesa da democracia é nossa bandeira histórica, uma luta que se torna ainda mais relevante diante das profundas desigualdades sociais que caracterizam a formação do capitalismo em nosso país. Desde os primórdios da colonização, quando a economia brasileira se baseava na exploração do trabalho escravo, as disparidades sociais tornaram-se uma constante, manifestando-se em áreas como educação, saúde e oportunidades de emprego, refletindo uma herança que favorece uma elite em detrimento da maioria.
32. No plano interno, o governo do presidente Lula está reconstruindo o Brasil por meio da retomada de um projeto popular de desenvolvimento, após anos de destruição institucional. O governo Lula 3, em seus primeiros anos, retomou políticas sociais estruturantes. Destacam-se a revalorização do salário mínimo acima da inflação, a redução do desemprego aos menores patamares históricos, a saída do Brasil do mapa da fome, a reconstrução das políticas sociais, a recuperação da capacidade de investimento do Estado, o relançamento de uma política industrial, a centralidade da agenda ambiental e climática, o fortalecimento da política externa soberana e a retomada do papel do Brasil no cenário internacional. Estas são conquistas concretas que precisam ser defendidas e ampliadas.
33. Porém, é fundamental reconhecer: para uma parcela significativa do povo brasileiro, especialmente da classe trabalhadora mais precarizada, estas melhorias ainda não se efetivam em transformações profundas de suas condições de vida. Bolsonaro recebeu 49,17% dos votos precisamente porque veste a máscara mentirosa de anti-sistema e em parte dialoga com o povo que mais sofre e que quer não apenas melhorias pontuais. Setores da classe dominante brasileira, os que não aceitam pagar impostos, os que

vivem da especulação e da fraude financeira, os que se opõem à reindustrialização do Brasil, vêm atuando abertamente para tentar impedir a reeleição de Lula, lançando mão de métodos que vão desde a sabotagem econômica até o crime eleitoral. Nossa resposta a estes setores será o cumprimento da lei e a defesa de um Brasil de igualdade e justiça social, o que exige superar o modelo primário-exportador baseado na mineração e no agronegócio. A nossa tarefa histórica, portanto, não se encerra na reconstrução. É necessário aprofundar as reformas estruturais, enfrentar as desigualdades históricas e romper com os privilégios das elites econômicas, financeiras e culturais, que seguem bloqueando o desenvolvimento nacional e a ampliação de direitos.

O Compromisso com a Democracia

34. Ao reafirmarmos nosso compromisso com a democracia, é fundamental reconhecer as profundas desigualdades sociais que moldam nossa sociedade e influenciam diretamente a dinâmica democrática. O PT se ergue como uma força política comprometida com a luta incessante por justiça social e inclusão. A emergência de regimes autoritários e a polarização política ameaçam os direitos humanos em todo o planeta. A luta pela democracia é uma luta global, essencial para garantir um futuro sustentável e justo para todos.
35. O papel do PT na redemocratização do Brasil nos anos 1980 foi fundamental para a construção de um novo horizonte político. O PT se destacou como um bastião da resistência, mobilizando trabalhadores e setores da sociedade civil em prol da democracia. Nossas lutas por direitos trabalhistas e sociais foram essenciais para a transição do autoritarismo para um regime democrático. Nos anos 1990, o PT desempenhou papel crucial na luta contra o projeto privatista neoliberal, defendendo a importância de manter o controle estatal sobre setores estratégicos da economia.
36. O legado que construímos ao longo dos anos é repleto de conquistas que buscam enfrentar essas desigualdades históricas. Programas emblemáticos como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida são exemplos de nossa

determinação em combater a pobreza. Essas ações empoderaram o povo, permitindo que se tornem participantes ativos na vida política e social. A democratização do acesso à educação, com a criação e expansão das universidades públicas e as políticas de cotas, abriu as portas do conhecimento para gerações inteiras.

37. Enfrentar o racismo e promover a democracia racial ocupam lugar de destaque em nossa agenda. Reconhecemos que o racismo estrutural ainda persiste em nossa sociedade e que é nossa responsabilidade combatê-lo com vigor. A promoção dos direitos da população negra, por meio de políticas afirmativas e do enfrentamento à violência letal e a todas as formas de discriminação, é essencial para garantir igualdade de oportunidades.
38. A igualdade de direitos entre homens e mulheres é uma prioridade que não podemos deixar de lado. Não existe sociedade democrática sem as mulheres. Garantir o direito à vida, promover políticas reparadoras de promoção social, representação política e autonomia econômica das mulheres está na centralidade de nosso processo político.
39. A democracia substantiva se traduz em condições materiais de existência: alimento, educação, dignidade, proteção aos territórios e reconhecimento das diversidades, como expressão ética e prática de um projeto de nação orientado pelo bem comum. Na atual correlação de forças, a defesa da democracia tem absoluta centralidade como fator de estabilidade do projeto popular e como condição de possibilidade para o avanço da participação popular e do controle social sobre as políticas públicas. Defender a democracia hoje significa também disputar a democracia digital, garantindo que a tecnologia sirva como instrumento de inclusão e transparência, promovendo a alfabetização digital e assegurando que as vozes mais vulneráveis tenham espaço nas plataformas de comunicação.

40. O Desafio da Disputa Ideológica

41. Este é o ponto crucial: nosso discurso não pode ser apenas "Lula fez, Lula vai fazer. O PT fez, o PT vai fazer". A crise mundial do capitalismo atinge também o Brasil e impacta diretamente a vida dos trabalhadores. Uma

geração inteira de brasileiros não terá aposentadoria. Jovens vivem em precariedade permanente. A população negra enfrenta violência estrutural. Mulheres sofrem feminicídio. Pessoas LGBTQIA+ enfrentam discriminação cotidiana. Tudo isso combinado com a maior crise climática que a humanidade já sofreu.

42. Para vencer, não basta falar do risco que o Brasil corre caso a direita vença as eleições; tampouco basta falar do que fizemos. É preciso que o PT e nossa candidatura se apresentem como portadores de um futuro radicalmente diferente, acentuando sua dimensão antissistêmica, propondo reformas estruturais. Precisamos encantar o povo com a possibilidade concreta de um futuro diferente: uma sociedade onde o trabalho seja dignificado, onde não exista fome, onde todos possam viver com segurança, onde os recursos naturais sirvam ao povo e onde a soberania nacional seja defendida. A ofensiva da extrema-direita sustenta-se no ódio às mulheres, à população negra, indígena e LGBTQIA+, aos trabalhadores e às organizações populares. Enfrentá-la exige disputa de valores e disputa ideológica permanente, organização popular, reconstrução de laços coletivos e a apresentação de um conjunto de valores fundados nos direitos humanos, na justiça social e na solidariedade.
43. No campo da segurança pública, o PT precisa apresentar uma alternativa democrática, cidadã e antirracista, fazendo o enfrentamento ao marketing político que explora chacinas e mortes como ações eleitorais. A história comprova que praticamente todas as ações estruturantes que já existiram na segurança pública do Brasil foram criadas em gestões do PT, e esse legado precisa ser disputado e comunicado com clareza ao povo brasileiro. Reafirmamos a necessidade urgente de criar o Ministério da Segurança Pública, instrumento indispensável para uma política de segurança democrática e eficaz.

Planejamento de Longo Prazo e Inovações Econômicas

44. Um elemento imprescindível para dar consistência ao projeto político nacional é o Planejamento de Longo Prazo. Ele permite projetar a modificação da

realidade econômica, social, cultural e tecnológica do país com visão de futuro, numa dimensão territorial e com perfil de política permanente de Estado. O Planejamento de Longo Prazo estrutura e organiza as cadeias produtivas, a pesquisa e inovação, o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento técnico-científico e o manejo sustentável dos recursos naturais, tornando-se instrumento central para que o Brasil supere sua condição de país primário-exportador e construa um projeto soberano de desenvolvimento.

45. O Planejamento de Longo Prazo traz consigo a democratização das finanças públicas, potencializando investimentos, possibilitando a descentralização do Estado e de suas políticas, a redução das desigualdades regionais e a inclusão produtiva. Seu objetivo central é ocupar e dinamizar o território como espaço de realização das ações do Estado Democrático, garantindo que o desenvolvimento chegue a todas as regiões do Brasil e não apenas aos centros econômicos historicamente consolidados.
46. São inovações políticas com força transformadora na economia e na ampliação dos espaços de ação das políticas públicas: as cooperativas de trabalhadores e empreendedores, os consórcios multifinalitários e de serviços intermunicipais e interfederativos, que se tornaram agentes fundamentais nas ações estatais de impacto nas mais diversas áreas, os bancos comunitários e cooperativos, e as operações de mercados institucionais articuladas aos segmentos produtivos das economias criativa, solidária e circular, que ganham expressão econômica e dão nova configuração ao mercado e às redes de serviços. Essas experiências precisam ser reconhecidas, fortalecidas e escaladas como parte do projeto de desenvolvimento popular do PT.
47. O PT precisa formular uma política consistente para as parcerias público-privadas, afirmando o papel central do Estado enquanto poder concedente e construindo uma política de concessões que descarte as privatizações tradicionais centradas na perda de patrimônio público.

Autonomia do Banco Central: Bloqueio ao Projeto Popular

48. Um dos principais entraves ao avanço do projeto popular é a política monetária conduzida pelo Banco Central, cuja autonomia, criada durante o governo Bolsonaro, tem operado como instrumento de bloqueio ao projeto eleito nas urnas. A manutenção de taxas de juros elevadas aprofunda a financeirização da economia, drena recursos públicos, restringe o investimento produtivo e limita a capacidade do Estado de promover crescimento com justiça social. A reversão desse modelo de autonomia é parte do enfrentamento aos privilégios do capital financeiro.
49. Afirmamos ainda a necessidade de revisão da meta de inflação, compatibilizando-a com crescimento econômico, geração de empregos de qualidade, fortalecimento do investimento público e ampliação das políticas sociais.

Crise de Representação no Congresso e Emendas Parlamentares

50. A conjuntura nacional é marcada por uma crise profunda de representação e funcionamento do Congresso Nacional, um espaço historicamente hegemônico por interesses das elites econômicas, que vem operando de maneira recorrente como instância de bloqueio ao programa escolhido pela soberania popular. O sistema político brasileiro do presidencialismo de coalizão, centrado no voto proporcional unipessoal, gera estruturalmente distorções políticas, cooptação e práticas de "compra política" em nome da governabilidade. Somado ao controle do orçamento público pelo Legislativo, esse arranjo retira do Executivo sua plena capacidade governativa, subordinando o programa eleito às negociações clientelistas permanentes.
51. A captura do orçamento público por meio das emendas parlamentares impositivas, ampliadas nos últimos anos e combinadas a mecanismos herdados do orçamento secreto, distorce o funcionamento do presidencialismo, subordina a execução das políticas públicas a interesses privados e clientelistas e estabelece um sistema permanente de chantagem política sobre o Executivo. É por isso que uma Reforma Política e Partidária profunda se torna urgente e necessária. A introdução do voto em lista passa

pela democratização dos partidos e sua despatrimonialização, com o surgimento de bases sociais sólidas, ancoragem em programas político-ideológicos consistentes e caráter genuinamente nacional. É fundamental que o nosso partido dispute o sentido das emendas parlamentares, contrapondo o modelo do orçamento participativo e democrático ao modelo do orçamento secreto e clientelista.

52. No interior desse Congresso, a violência política de gênero se manifesta de forma explícita por meio de instrumentos de constrangimento, intimidação e de silenciamento das mulheres, prática que visa disciplinar a atuação política e limitar sua presença nos espaços de poder. Essa violência assume caráter ainda mais sistemático e orquestrado nas Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, onde vereadoras de esquerda em todo o país são alvo de perseguições institucionais, assédio político, tentativas de cassação e criminalização. O enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres constitui uma prioridade política e civilizatória, inseparável da luta democrática, da defesa da vida e da construção de uma sociedade justa e igualitária.

A Recuperação de Símbolos e a Defesa da Soberania

53. A esquerda precisa retomar os símbolos da nação capturados pela extrema-direita. Para defendermos nossa soberania, precisamos garanti-la em todas as suas dimensões: soberania produtiva, com industrialização, ciência e tecnologia nacionais; soberania alimentar, com reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar; soberania energética, com a recuperação do controle público sobre a Eletrobrás e a Petrobras; soberania comunicacional, com a criação de empresas nacionais, públicas e privadas, que substituam as Big Techs; soberania sobre os recursos naturais, com uma estatal para gerir as terras raras, a retomada do controle público sobre a Vale e políticas ambientais compatíveis com nosso desenvolvimento; soberania militar, com Forças Armadas capazes de defender o país das agressões imperialistas; e soberania cultural, construindo uma consciência de massa democrática, popular e socialista.

54. A Amazônia não é um tema ambiental: é soberania nacional. O petróleo não é um ativo financeiro: é riqueza que pertence ao povo. A industrialização não é um slogan antigo: é capacidade de desenvolvimento autônomo. A segurança alimentar não é caridade: é direito fundamental. Este vínculo entre soberania nacional e entregas sociais é decisivo. Uma nação subjugada não consegue garantir alimentação, emprego e segurança para sua população. Só uma nação soberana, que defende suas riquezas e sua autonomia, consegue oferecer aos seus filhos e filhas uma vida digna.

O Combate à Desesperança

55. A extrema-direita se alimenta da desesperança. Ela diz: "nada vai mudar, o sistema é injusto, é tudo roubalheira, então por que não eleger quem pelo menos fala a verdade?". Isto é desesperança organizada na política.
56. O PT deve ser exatamente o oposto: promessa organizada de transformação. Não apenas melhorias incrementais, mas possibilidade concreta de uma sociedade onde o trabalho seja valorizado, onde a riqueza seja distribuída, onde a democracia seja aprofundada e onde os povos oprimidos conquistem sua libertação. Cada conquista que o governo Lula realiza pode pavimentar o caminho para a construção de uma outra sociedade. Mas precisamos que cada militante entenda: essas conquistas são meios para um fim maior. O fim é a superação do capitalismo e a construção do socialismo.

Tática política e eleitoral para 2026: Reeleger Lula para garantir a vida do povo e a soberania nacional.

57. A estratégia central do próximo período é a reeleição do Presidente Lula, prioridade absoluta do PT. Todas as pesquisas indicam que Lula liderou a disputa, mas a eleição ainda está a meses de distância e os inimigos do povo farão de tudo para tentar vencer, inclusive ampliar o aceno para os setores “trumpistas” e para os oligopólios tradicionais e novos, buscando apoio em governos e empresas estrangeiras. Cabe a nós, a todas as forças democráticas, progressistas e de esquerda, a começar pelo PT, manter um clima de mobilização e diálogo permanente com o conjunto da população brasileira, para desfazer mentiras, explicar o que fizemos e debater o que pretendemos fazer no próximo mandato.
58. Assim como ocorreu nas eleições de 2022, a oposição está mobilizando esforços para tentar conduzir a disputa presidencial ao segundo turno, com a intenção de formar uma frente anti-Lula. Entretanto, é fundamental reconhecer que, naquele contexto, a formação de uma ampla frente democrática, que conseguiu atrair diversos segmentos, incluindo aqueles da centro-direita, para o nosso campo político, deve ser reeditada, expandida e amplamente incentivada em todos os Estados. Essa iniciativa deve envolver os diferentes setores da sociedade, incluindo movimentos sociais, artistas, intelectuais, juventudes, mulheres e amplos segmentos populares.
59. Vencendo em 2026 nessas condições, não apenas faremos um mandato superior ao atual: chegaremos a 2030 em condições de seguir governando o Brasil e aprofundando as transformações estruturais que o nosso povo precisa.
60. Precisamos estar presentes em cada território, em cada comunidade, em cada local de trabalho, dizendo ao povo: há esperança, há futuro e há possibilidade de vitória. Essa reeleição é condição indispensável para consolidar a democracia brasileira frente à ameaça golpista e autoritária, derrotar o projeto da extrema-direita organizado internacionalmente, criar espaço político para avanços estruturais na vida do povo e demonstrar ao

mundo que a América Latina seguirá como território de paz, no caminho do desenvolvimento com soberania.

Diretrizes para a Construção Tática e Política de Alianças

61. O PT deve construir uma tática política capaz de consolidar um campo político na sociedade brasileira fundado em valores democráticos, de justiça social, de enfrentamento às desigualdades e de defesa dos direitos humanos. É necessário, entretanto, que o PT trabalhe para que as parcerias sejam cada vez mais programáticas e não apenas pragmáticas: nossa aliança deve ser fundada em valores e compromissos com o projeto popular, não apenas na aritmética eleitoral. Uma tática que envolva o conjunto de forças políticas progressistas da sociedade brasileira, incluindo partidos políticos, mas de forma significativa a diversidade de movimentos sociais e populares, projetando o campo político que queremos construir no Brasil não apenas para o próximo processo eleitoral, mas para o próximo período histórico da nossa democracia.

Fortalecimento da Bancada Parlamentar e dos Governos Estaduais

62. A reeleição de Lula deve ser conjugada a uma tática que assegure também a ampliação das bancadas petistas na Câmara Federal, no Senado e nas Assembleias Legislativas, assim como a conquista de governos estaduais onde houver possibilidades. Isso pode ocorrer sem prejuízo às necessárias alianças para garantir a reeleição do nosso projeto nacional. O PT precisa sair maior das eleições deste ano.
63. Nossas candidaturas às eleições legislativas farão campanha em defesa de questões centrais para a vida do povo: o fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho, uma reforma tributária que faça os ricos pagarem impostos, uma reforma política que democratize a representação e o fim das emendas parlamentares impositivas vinculadas ao parlamentarismo de fato implantado desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Trabalharemos para atrair o voto de setores hoje influenciados pela direita, ao mesmo tempo em que priorizamos manter e ampliar o voto dos setores populares:

mulheres, população negra, moradores das periferias e juventude trabalhadora, que decidiram a eleição de 2022 e voltarão a decidir em 2026.

64. Acreditamos que a disputa nacional se materializa efetivamente nos territórios; por isso, o Partido, em conjunto com a **Federação Brasil da Esperança**, deve exercer o protagonismo político na agregação de forças democráticas em cada unidade da federação. Nossa presença na cabeça de chapa nas disputas majoritárias será balizada pela competitividade e pelo fortalecimento do campo popular, atuando como agentes fundamentais na sintonia entre os palanques estaduais e a candidatura presidencial. Paralelamente, priorizaremos a montagem de chapas proporcionais completas para viabilizar mandatos federais em todo o país. Promoveremos uma estratégia de mobilização popular já na pré-campanha, transformando cada bairro e local de trabalho em espaços de debate sobre o Programa Lula 2026 e fortalecendo nossos núcleos de base e comitês populares.
65. As direções estaduais constituirão fóruns permanentes com os partidos da base aliada, enquanto nossos Grupos de Trabalho Eleitorais (GTEs) orientarão cada candidato e cada candidata proporcional a atuar como defensores e defensoras centrais da candidatura de Lula em suas áreas de ação política.
66. Ganharemos em 2026 se conseguirmos combinar força eleitoral com força social e partidária organizada, defesa do governo com crítica propositiva, campanhas eficientes com organização de base, amplitude de alianças com nitidez programática e diálogo com o povo com disposição concreta de mudar o país.